

Reitores agem contra o aumento de verbas para as universidades



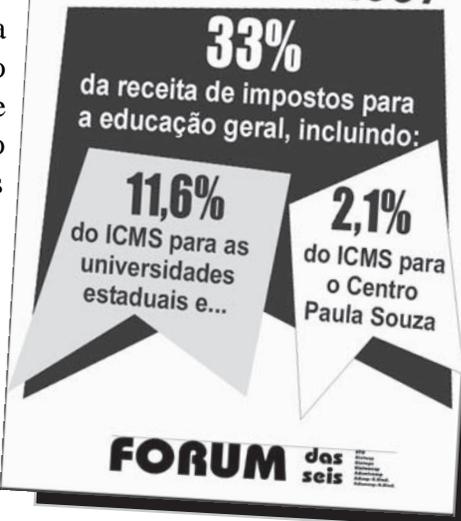
Fórum das Seis vem insistindo para que o recurso para as universidades na LDO seja os 11,6%, incorporados ao aumento de recursos para educação no Estado de 33%. Mesmo o Fórum solicitando ao Cruesp que façam ação conjunta no sentido do aumento dos recursos, a proposta defendida pelos reitores é de 10,0399%, incorporando a expansão. Na verdade com essa proposta os reitores não querem exercer a autonomia e insistem em ficar dependendo do governo pedindo verbas extra-orçamentárias e não discutindo com a comunidade os problemas referentes à folha de

pagamento, custeio e permanência estudantil.

Na discussão na Alesp existe a possibilidade de no relatório da Comissão de Orçamento aparecer à proposta de 10,50%, o que do ponto de vista do Fórum das Seis, ainda é insuficiente, mas aliviaria a situação das universidades, principalmente da Unicamp, em relação ao comprometimento. Não existe previsão de votação para LDO, podendo ser empurrada para o segundo semestre.

A postura dos reitores é ruim e joga no retrocesso. É preciso que esses reitores assumam uma postura mais ofensiva na defesa das universidades, contribuindo para pressão sobre os deputados e o governador, caso contrário

Nossas propostas para a LDO 2007



vão enfrentar a mobilização da comunidade que não vai aceitar que as universidades sejam financiadas às custas de arrocho salarial.

Breve histórico da luta na LDO

A greve de 1988 conquistou a autonomia das universidades paulistas, prevista na constituição de 1988, no artigo 207 e materializada em decreto do governo estadual de 1988. Com a autonomia, o governo Quéricia determinou uma dotação de 8,4% da arrecadação do ICMS para as universidades. Já naquele ano, os gastos das universidades representaram 11,6%, mas o governo fez uma média dos três últimos anos para reduzir para os 8,4%, daí o motivo da nossa luta pelos 11,6%. Nossa luta na Alesp conseguiu elevar esse índice em 1991 para 9% e em 1994 chegamos aos 9,57%, quase sempre com pouco empenho dos reitores nessa luta. Já são 11 anos que não tem reajuste dos recursos para as universidades. Em contra-partida, as universidades cresceram, aumentaram vagas e a prestação de serviços, sem no entanto, aumentar os recursos humanos. Por isso é fundamental nossa luta em defesa da autonomia e por mais recursos para garantir a qualidade e a ampliação das universidades públicas no estado de São Paulo.



Nosso calendário:

07/07 10h audiência no MP sobre a cobrança dos recursos da Habitação no repasse do ICMS

07/07 Reunião de negociação com Cruesp – pauta: hospitais universitários, assistência estudantil e LDO

10/07 Reunião da Comissão Técnica do Cruesp com o Fórum das Seis para análise da evolução do ICMS e o eventual adiantamento do reajuste de 1,79% previsto para setembro

12/07 Marcha à Brasília em defesa dos HU's

14 e 15/07 Plenária nacional da Fasubra

Não a desvinculação da área hospitalar

A diretoria do STU reunida na última segunda-feira (03/07), reafirmou posição contra a desvinculação da área hospitalar. Esse debate foi realizado durante nosso último Congresso que se posicionou contrário à desvinculação. Dentre as preocupações principais que pautaram a diretoria tem destaque:

- ✚ Atender integralmente o SUS com única porta;
- ✚ Continuar o vínculo com a universidade, mantendo os hospitais e os trabalhadores ligados à educação;
- ✚ Manutenção da qualidade dos hospitais universitários com aporte de recursos do Estado, município e união;
- ✚ Instalação do Conselho Gestor para garantir a democratização e a participação dos trabalhadores e dos usuários;

Sindicato aguarda reunião para discutir a jornada

A diretoria do Sindicato encaminhou a reitoria proposta alternativa de jornada aprova na assembléia da área de saúde do último dia 23/06. A negociação da proposta foi acertada em reunião com o reitor no 05/06, que abriu a possibilidade de negociação caso houvesse proposta alternativa. Até o fechamento desse boletim, a reitoria não havia agendado a reunião.

Enquanto isso continuam as negociações dos problemas gerados pela aplicação da deliberação CAD e o

desrespeito aos trabalhadores nesse processo. Questões como escala de trabalho, transportes, trabalhadores estudantes, horário e local de descanso, estão no debate. Ontem ocorreu nova reunião...

O jurídico do STU através do Dr. Cremasco, tem promovido reuniões para encaminhar as ações referentes à jornada. As reuniões tiveram início na segunda-feira (03/07) com os trabalhadores do noturno.



Jornada: uma luta sem tréguas

PSDB/PFL avançam na privatização no Estado

A empresa pública de distribuição de energia paulista CTEEP foi vendida para a empresa Interconexión Eléctrica da Colômbia. A empresa foi vendida por R\$ 1,19 bilhões. A empresa teve um lucro líquido de R\$ 816 milhões nos últimos dois anos. Segundo avaliação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a empresa estava avaliada em R\$ 16 bilhões. A estatal paulista tinha R\$ 600 milhões em caixa que foi dado

de “brinde” pelos tucanos e pefelistas aos compradores.

Também estava marcada para última segunda-feira (03/07), a privatização da linha 04 do metrô. O Sindicato dos metroviários havia marcado greve para esse dia, que foi suspensa devido a liminar conseguida pelo Sindicato que impediu a privatização.

Os tucanos de São Paulo, mesmo

com a mudança de rota após a vitória de Lula, insistem na política neoliberal de desmonte do Estado. Mais do que isso, continuam reproduzindo o escandaloso processo de entrega do patrimônio público, que assistimos há 12 anos no nosso Estado e que foi reproduzido em esfera nacional nos dois mandatos de FHC, onde a maioria do patrimônio nacional foi privatizado.

Artigo de diretor do STU defende reajustes dos aposentados

O governo Lula reajustou o salário mínimo em 16,7%, concedendo um reajuste que recuperou parcela do poder de compra do salário mínimo. Ocorre que esse valor não foi aplicado na correção das aposentadorias indexadas pelo salário mínimo para aposentadorias superiores ao mínimo. Nesses casos o reajuste concedido foi de 5%.

Em artigo do diretor Osmar Marchese, divulgado no jornal correio popular do dia 02 de julho, ele crítica a política do governo Lula, alegando que o governo deveria utilizar o superávit da seguridade social, da qual a previdência social é parte integrante, para saldar essa dívida com os aposentados. Segundo o

diretor do sindicato o superávit da seguridade social em 2005 foi de R\$ 56 bilhões. Os gastos com aposentados, caso houvesse o reajuste de 16,7%, seria de R\$ 7 bilhões ao ano, enquanto um mês de pagamento de juros e encargos da dívida pública custam cerca de R\$ 12 bilhões por mês.

Expediente: O Boletim do STU é uma publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp. 4.500 mil exemplares. Diagramação: João Teles